

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
TERCEIRA CÂMARA

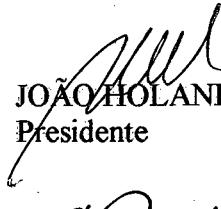
PROCESSO N° : 11075-000576/92-11
SESSÃO DE : 05 de abril de 1995
RESOLUÇÃO N° : 303-611
RECURSO N° : 116.912
RECORRENTE : OCEANIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
RECORRIDA : DRF URUGUAIANA - RS

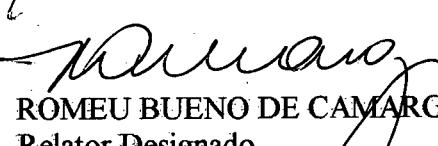
RESOLUÇÃO N° 303-611

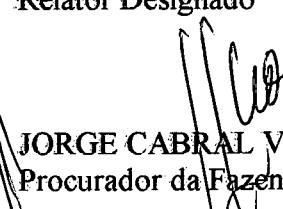
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

RESOLVEM os Membros da Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos em converter o julgamento em diligência a Repartição de Origem, vencidos os Conselheiros Sandra Maria Faroni - Relatora, Dione Maria Andrade da Fonseca e Manoel D'Assunção Ferreira Gomes. Designado para redigir a Resolução o Conselheiro Romeu Bueno de Camargo, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

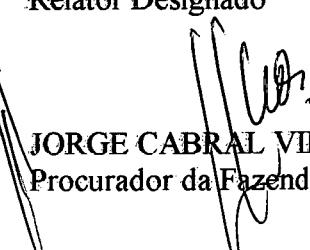
Brasília-DF, 05 de julho de 1995


JOÃO HOLANDA COSTA
Presidente


ROMEU BUENO DE CAMARGO
Relator Designado


JORGE CABRAL VIEIRA FILHO
Procurador da Fazenda Nacional

VISTA EM


12 DEZ 1995

Participou, ainda, do presente julgamento, o seguinte Conselheiro : JORGE CLÍMACO VIEIRA (SUPLENTE). Ausentes os Conselheiros SÉRGIO SILVEIRA MELO e FRANCISCO RITTA BERNARDINO.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 116.912
ACÓRDÃO N° : 303-611
RECORRENTE : OCEANIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
RECORRIDA : DRF URUGUAIANA - RS
RELATOR(A) : SANDRA MARIA FARONI
RELATOR DESIG. : ROMEU BUENO DE CAMARGO

RELATÓRIO

A empresa importou da Argentina canetas hidrocor e canetas marca texto, tendo sido autuada porque o Auditor Fiscal entendeu que, embora correto o código NBM/SH utilizado, houve equívoco no código NALADI. Diz o auto de infração que apenas as canetas marca texto se encaixam no código NALADI usado (98.03.09.02), mas mesmo assim o código TAB/SH não foi negociado, devendo ser recolhido o imposto integral. Quanto as canetas hidrocor, o código NALADI correto é 98.03.09.99, cuja referência é diferente da adotada, devendo ser recolhida a diferença de imposto.

Impugnada a exigência, foi a ação fiscal julgada procedente em parte pela autoridade singular, que recorreu de ofício ao Superintendente da Receita Federal da 10ª Região Fiscal.

A instância revisora considerou nula a decisão da autoridade de 1ª instância porque o interessado interpôs mandado de Segurança na Justiça Federal, razão pela qual considerou descabido o prosseguimento do processo na esfera administrativa.

Em petição dirigida ao Superintendente, a empresa pede que seja reconsiderada sua decisão alegando que impetrou dois mandados de segurança, mas os mesmos não atacaram o ato fiscal tendente ao correto enquadramento das mercadorias, tendo-se limitado à tese de que não é lícito à Fazenda reter as mercadorias como constrangimento para obrigar o pagamento de imposição fiscal.

Requer seja declarada sem efeito a decisão da autoridade revisora e determinado o encaminhamento do processo à DRF- Uruguaiana, onde deverá ser reaberto o prazo para interposição de recurso ao Conselho de Contribuintes, relativamente à matéria em que saiu vencida a autuada. E, caso assim, não entenda, e ante o princípio da fungibilidade, requer seja a petição como Recurso ao Terceiro Conselho de Contribuintes, que deverá retificar a decisão do Superintendente, declarando-a nula e determinando o regular seguimento do processo administrativo, com a reabertura de prazo para as providências cabíveis em relação à decisão de DRF- Uruguaiana.

Nessas condições, foi o processo encaminhado a este Conselho.

É o relatório.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 116.912
ACÓRDÃO Nº : 303-611

VOTO VENCEDOR

A empresa, alega em seu recurso que ao impetrar mandado de segurança, o fez visando exclusivamente, atacar apenas o Ato de Retenção das mercadorias, e não o Ato Fiscal, tendente ao correto enquadramento das mercadorias importadas e submetidas a despacho.

Tendo em vista tal afirmativa, voto no sentido de converter o julgamento em diligência à repartição de origem, para que essa forneça informações sobre o andamento do mandado de segurança, requerendo-se, desde já, a juntada de uma cópia da decisão se já tiver sido prolatada.

Sala das Sessões, em 05 de julho de 1995.


ROMEU BUENO DE CAMARGO
RELATOR DESIGNADO